



DECLARAÇÃO

Pré-sessão da Revisão Periódica Universal no Brasil

Genebra, 30 de agosto de 2022

Entregue por: Instituto Marielle Franco

Situação da discriminação racial no Brasil e violência policial contra a população negra

Anielle Franco

Vidas Negras Brasileiras Importam.

Sou Anielle Franco, diretora executiva do Instituto Marielle Franco e esta declaração é apresentada pelo Instituto Marielle Franco, organização de direitos humanos fundada pela família de Marielle Franco, vereadora assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro. Desde sua fundação, o Instituto Marielle Franco tem atuado na defesa de direitos humanos, no enfrentamento e prevenção a violência política de gênero e raça, fortalecimento democrático e engajamento cívico no Brasil. Temos como missão inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQs e de periferias a seguirem movendo as estruturas da sociedade em busca de mais justiça e igualdade, através do legado e da memória de Marielle Franco.

Agradecemos à UPR Info, por ter aberto este espaço, e indicamos que nesta declaração abordaremos a situação da violência policial e discriminação racial no Brasil.

Primeiramente, cabe destacar que as recomendações do III Ciclo da Revisão Periódica Universal que versam sobre violência policial, **não estão sendo cumpridas pelo governo Brasileiro.**

No bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as operações policiais realizadas no estado do Rio de Janeiro só poderiam ocorrer em casos “absolutamente excepcionais”, enquanto durar a pandemia da COVID-19. Essa decisão, contudo, foi descumprida em muitos pontos. Como exemplo, o Plano de Redução da Letalidade Policial do Estado do Rio de Janeiro de modo geral, não observa diversos aspectos da decisão na ADPF 635: e ainda prevê uso de helicópteros, aumentando assim a vulnerabilidade da população. O descumprimento de tais decisões e avanço de operações policiais ilegais resultou em alguns episódios de chacinas, como em 6/5/2021, a **Chacina do Jacarezinho**, que resultou na morte

de 28 pessoas, em sua maioria, jovens negros. Além de execuções sumárias, moradores relataram torturas, abusos de autoridade, casas invadidas por policiais sem mandados, confisco de celulares de moradores, além de helicópteros atirando contra casas. Em 8/6/2021, **Kathlen Romeu**, jovem negra e gestante, foi assassinada com um tiro de fuzil, durante uma ação envolvendo Policiais Militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro. Em 22/11/2021, ocorreu uma **Chacina no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ)**, a qual também apresentava graves indícios de execuções e deixou, ao menos, 11 mortos. A polícia deixou os corpos, com marcas de tortura, no Manguezal, os quais tiveram que ser de lá retirados pelos próprios familiares. Já em 21/07/2022, ocorreu a Chacina do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro (RJ), com 19 pessoas mortas. Em 2020, ao menos **12 crianças entre 4 e 14 anos morreram vítimas de arma de fogo** no estado do Rio de Janeiro em operações policiais. Esse cenário de violência policial não é exclusivo do Rio de Janeiro ou da região Sudeste, mas atinge todo o Brasil, o país teve quase 5 mil mortes violentas de crianças e adolescentes em 2019, sendo que 75% eram crianças e adolescentes negros. No estado da Bahia, Nordeste do Brasil, 1.137 pessoas foram mortas pelas polícias em 2020. No mesmo ano, em Salvador, capital da Bahia, todas as pessoas mortas pela polícia eram negras. Estes são casos que indicam que a morte da população negra no Brasil é uma questão sistêmica, por vezes, promovida por forças de segurança. E em vez de investigar os massacres e a violência discriminatória contra a população afro-brasileira, o governo e a polícia brasileira tentam legitimar estas operações policiais e atacar organizações brasileiras de direitos humanos, tais como o Instituto Marielle Franco.

Com o objetivo de diminuir a violência policial no Brasil e a discriminação racial em torno da população negra, recomendamos para o Estado Brasileiro:

- a) A criação de um mecanismo independente e imparcial de queixas dentro das forças policiais que contribua para garantir a responsabilidade e o respeito aos padrões de direitos humanos, e para assegurar que todos os casos de uso desproporcional da força sejam investigados.
- b) Que o Estado brasileiro se abstenha de utilizar helicópteros como plataformas de tiro ou instrumentos de terror e apresente um plano de desmilitarização da polícia, estabelecendo tais compromissos em lei;
- c) Que o Brasil realize um levantamento de todos os casos de violência policial, garantindo a investigação independente e responsabilização nos casos e o fornecimento de reparação financeira, psicológica e física aos familiares das vítimas, e que o país assuma o compromisso de não repetição com a criação de um plano nacional de redução da letalidade policial;

- d) Identificar e tomar medidas concretas para abordar as causas profundas da proliferação de tais manifestações racistas e investigar minuciosamente o fenômeno da discriminação racial visando, em particular, a população negra do Brasil.

Obrigada.